

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

**-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO. -----**

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco de Outubro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JÚRIDICO -----

----- 2. Programa Mundiempresa - Recit II -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 9. Prolongamento de Rede de IP no lugar de Porto Luzio - Freguesia de Carapinheira

- Orçamento da E.D.P. -----

----- 10. Conservação e Reparação de Arruamentos nas Povoações - Muro na Rua da Madalena - Montemor-o-Velho - Trabalhos a Mais. -----

----- 11. Reabilitação do Antigo Mercado Municipal - Multas por violação do prazo contratual. -----

----- 3.1.4. SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO -----

----- 3. Rede de Esgotos Domésticos de Quinhendros (Redes + Etar) -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 7. Iniciativas "Noites da Praça" - Rectificação da Deliberação de Câmara de 19/07/02

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 3. Contrato-Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

**----- PROPOSTAS -----**

**----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara deu conhecimento que, durante esta semana, tinha sido desenvolvida uma reunião com os organizadores da Prova de Ciclismo “Prémio ABIMOTA”. Pensava que depois da Volta a Portugal, aquela era uma das provas mais significativas de Portugal -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- Faziam vinte e cinco anos, e tinham apresentado uma proposta que considerava bastante aceitável.-----

----- Propuseram que, dentro daquela prova, Montemor tivesse uma chegada no Sábado e uma partida no Domingo. Teria uma etapa que viria de Mafra ou da Nazaré até Montemor, e uma outra etapa que será Montemor/Ilhavo, que terá lugar no Domingo, sendo o seu término em Águeda. -----

----- As contrapartidas para aquela matéria, era a de negociarem, a utilização total de meios de restauração e alojamento na sede do Concelho. A organização tinha apresentado um orçamento global no valor de sete mil e quinhentos euros. -----

----- Assumiriam o apoio logístico, que era o pagamento a cerca de cento e cinquenta pessoas, do jantar e os vinte e cinco quartos para as alojar. O valor global seria cerca de dois mil e quinhentos euros. A Câmara entraria para a organização com cerca de cinco mil euros. - -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, em relação àquela proposta, e à questão do âmbito desportivo e nomeadamente do ciclismo, pensava que, pelo menos da sua parte, iria ser acolhida de bom tom.-----

----- Tratava-se de uma modalidade com fortes tradições em Montemor-o-Velho, onde existia uma pessoa que muito tinha dado ao ciclismo nacional, e que tinha algumas raízes, pelo menos nas pessoas mais antigas.-----

----- Mais disse que, a Câmara deveria, de algum modo, relançar aquela modalidade no concelho, porque tinha sido ao longo dos anos muito esquecida. Pensava que com uma chegada e uma partida, aqui em Montemor iria dar muita implementação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara de conceder um apoio financeiro à Organização da Prova, no montante de cinco mil euros e assumir o apoio logístico local até ao montante de dois mil e quinhentos euros. -----

#### ----- INFORMAÇÕES-----

#### ----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, decorreria na próxima segunda-feira, dia onze de Novembro do corrente, em Santarém, um encontro de autarcas, promovido pela Associação Nacional de Municípios, com vista a juntar todos os que, naquele momento, se encontravam sensibilizados para a problemática que se prendia com algumas das vicissitudes do orçamento para dois mil e três e da sua aplicação,

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

sobretudo no que dizia respeito às Autarquias Locais, à sua lei de financiamento e de endividamento. -----

----- Dentro daquele âmbito, a devido tempo, tinha feito chegar ao executivo aquela documentação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, naquele mesmo dia, ia ter lugar, em Vila Nova de Poiares, uma Reunião da Assembleia Distrital, onde iam ser debatidos assuntos, que se prendiam com as temáticas, que já tinham deliberado, já tinham remetido à Assembleia Municipal, e que diziam respeito à avaliação do Património da Assembleia Distrital e a resposta da eventual cedência de algum daquele equipamento e daquelas estruturas a alguns dos municípios, etc. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que tinha tido oportunidade de, durante a semana transacta, ter estado com os Senhores Secretário de Estado da Administração Local e Secretário de Estado dos Transportes, com quem tinha discutido alguns assuntos de pertinência para o Concelho. -----

----- Com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, falou do ponto da situação em que se encontrava uma grande parte das candidaturas feitas, no âmbito do Concelho, aos trabalhos de natureza simples (TNS'S), e que algumas das instituições do Concelho, consideravam que eram extremamente importantes, tendo tido o conhecimento de que, em dois mil e dois, dentro de toda a programação que o Governo estava a fazer e de algumas restrições, não haveria avaliação concreta daquelas candidaturas. Só a partir de dois mil e três, aquela avaliação iria ser feita, o que ia desfazar temporalmente, algumas das expectativas apresentadas por algumas entidades, a nível nacional, e que também iriam prejudicar as candidaturas realizadas, no âmbito geográfico do concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Dentro daquela matéria, o Senhor Secretário de Estado, tinha ficado de esclarecer brevemente, em termos nacionais, como iriam ser retomadas ou revistas algumas daquelas candidaturas e que a partir de Janeiro de dois mil e três, teria claramente, uma preocupação de poder dar seguimento, a alguns desses projectos. -----

----- Tinha abordado também questões que se prendiam com a aplicação do POCAL, nomeadamente, a problemática da avaliação patrimonial municipal, e das dificuldades encontradas, sobretudo, quer em termos de uma celeridade daquele processo, quer sobre a disponibilidade técnica capaz e ao mesmo tempo financeiramente não muito lesativa,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

dos interesses do município, para poder ter uma avaliação atempada, e sobretudo, adequada.-----

----- Existiam questões delicadas naquela matéria, que eram comuns a todos os municípios. A verdade, e foi essa que tinha ouvido das palavras do Senhor Secretário de Estado, foi aquela que também tinham tomado em devida altura, era a de que é preferível caminhar nem que seja, com um modelo que ainda não é o mais adequado do ponto de vista da avaliação, mas que se tenha alguma, em vez de não se ter nenhuma, porque isso poderá vir a obstaculizar circunstâncias, que se irão prender com a própria legislação, no que diz respeito à capacidade de solvência das autarquias, à sua capacidade de endividamento, etc. -----

----- Disse ainda que a reunião com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, prendia-se sobretudo por reactivar todos os processos das passagens superiores da Linha do Norte, quer para peões, quer para veículos, mais concretamente nas Freguesias de Pereira e Santo Varão. A reunião tida, foi sobretudo para sensibilizar o Senhor Secretário de Estado, para a disponibilidade que este executivo tem de reapreciar toda aquela matéria, que em mil novecentos e noventa e seis/mil novecentos e noventa e sete, foi iniciada e que depois por motivos que lhe são completamente alheios e para os quais não possuía neste momento "feed-back" dentro dos serviços. -----

----- Mais disse que, estas circunstâncias prendem-se com questões que hoje ainda continuam na ordem do dia, nomeadamente a duplicação ou não, da via, neste troço, as passagens superiores que praticamente estão paradas entre Soure e Mealhada, na Linha do Norte, e onde o Concelho de Montemor é extremamente prejudicado. Tinha tido a oportunidade de manifestar ao Senhor Secretário de Estado aquela preocupação, de apresentar toda a documentação que tinha sido desenvolvida na Câmara Municipal, relativamente àquela matéria e ele próprio lhe tinha prometido, pois no dia seguinte tinha uma reunião com a REFER, onde iria desencadear um sistema de retorno informativo do ponto da situação e das problemáticas da autarquia.-----

----- Esperava mandar, formalmente, quer à REFER, quer ao próprio Secretário de Estado, o conjunto da tramitação de todo aquele processo, para que houvesse uma resposta elucidativa sobre as démarches a serem desenvolvidas pelo Município, com vista a que se pudesse obter, com alguma brevidade, um enquadramento sobre soluções mais adequadas para a problemática rodoviária e ferroviária no Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

-----Tomou parte da Reunião o Vereador Emídio Fidalgo.-----

----- **Quarta** – Informou também que, tinha sido apresentado, no dia anterior, o primeiro Ciclo de Teatro Amador de Montemor-o-Velho, que irá decorrer até final do ano.-----

----- Aquele Ciclo, irá envolver um conjunto significativo de Associações do Concelho, demonstrativo do potencial e da dinâmica que, naquele momento se vivia naquele sector cultural e artístico, o que demonstrava inequivocamente, que era uma das áreas de integração social muito importante, nomeadamente e não só, da juventude e de outras pessoas que continuavam a ter, no contexto da Arte de Palma, uma procura significativa, por esta via artística, no nosso Concelho.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Quinta** – Informou que, na próxima Terça feira, dia doze de Novembro, iria ser apresentado formalmente à comunicação social, através de uma visita a alguns locais, onde estavam a decorrer aqueles projectos, seguido depois da assinatura de três acordos de cooperação, as iniciativas de Físico-Motora no Primeiro Ciclo de Ensino Básico, e o programa “Dar Mais Vida aos Anos” para os idosos.-----

----- Visitar-se-ão os locais onde aquelas práticas estavam a ser efectuadas, naquele dia, àquelas horas. Tinham cerca de mil e cem alunos envolvidas na expressão físico-motora do primeiro ciclo, e tinham cerca de duzentos idosos, o que tinha ultrapassado todas as expectativas.-----

----- Decorrerá, em Montemor, o término da visita, a celebração dos acordos com a Escola Secundária de Montemor-o-Velho, mediante a qual a Câmara Municipal tinha aprovado a aquisição de um “laboratório de línguas” para, através da prestação de serviços coordenados por aquela escola, poderem começar a introduzir no primeiro ciclo do ensino básico, a vertente da língua estrangeira, logo a partir da primeira classe, dentro daquela modalidade.-----

----- Será também celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor, o Acordo de Colaboração, também aprovado na Reunião de Câmara, para a remodelação do seu pavilhão, e que irá dar origem à utilização, por parte daquele programa.-----

----- Finalmente, será efectuada uma visita, se estiver tudo pronto com a Segurança Social, para assinar o acordo com a APPACDM, com vista à recuperação do tanque/piscina para a utilidade, não só do segmento de infância, como da terceira idade e da população em geral, até à concretização do projecto da piscina municipal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- **Sexta** – Gostaria de dar a conhecer que, tinha tido oportunidade, naquela semana, de contactar o senhor Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, Engenheiro Pedro Serra, a quem tinha tido a grata oportunidade de felicitar pelo novo cargo que irá desempenhar, agradecendo-lhe, ao longo daqueles dez meses a colaboração, e a sua disponibilidade e, sobretudo toda a sua forma, dentro da burocracia do sistema, de saber estar e saber, junto do Presidente da Câmara, dar sempre respostas solucionáveis, de algumas das suas preocupações. -----

----- Tinha aproveitado a oportunidade para colocar duas questões que continuavam a ser cadentes naquela matéria. Uma delas, prendia-se com a questão de todo o concurso da Estrada Nacional cento e onze, e que naquele momento, estava a chegar à sua fase final, esperando que agora, caso não houvesse problemas, todo o processo de adjudicação estará concluído, em finais do mês de Novembro, já com os despachos totais e adjudicações efectuadas. -----

----- Tinha sido informado, não só pelo Engenheiro Pedro Serra, mas também por um colaborador dos seus serviços directos, que tinha sido extremamente pertinente na informação que lhe tinha dado, da abertura das propostas do concurso para o troço prévio da trezentos e quarenta e um, e o ponto da situação que naquele momento decorria. -----

----- Em relação àquele aspecto, tinha tido oportunidade de abordar, aquando da cerimónia oficial da elevação da Vila de Pereira, de referir as circunstâncias que estavam a ser desenvolvidas. Embora fossem extremamente agradáveis, pela forma como tinham começado a desenvolver aquele processo, em termos temporais, eram manifestamente ingratos e incompatíveis com circunstancialismos que, naquele momento considerava cada vez mais delicados, para garantir a segurança rodoviária, sobretudo nas povoações do Concelho de Montemor, na sua margem esquerda. -----

----- Em relação àqueles aspectos, a informação que tinha tido, era a de que brevemente, irão ser confrontados com aquilo que irá ser a discussão pública daquele processo, que tinham sido abertos no início de Setembro, com um prazo estimado de oito meses para aquela discussão pública, a que se seguirá um prazo que poderá rondar três, ou quatro meses de intervenção tutelar da área ambiental. -----

----- Significava isto, que só para daqui a um ano, haverá formalmente, por parte de todo o âmbito de envolvência de pareceres, condições para haver uma deliberação sobre aquele traçado. Posteriormente, haverá um lançamento de um concurso para adjudicação do projecto e depois a feitura da obra. Estavam a falar num prazo total entre trinta e seis e quarenta e dois meses. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- A partir daquele momento, tinha já um conjunto de dados mais formalmente definidos, para poder contrapor à Administração Central, questões de resolução temporária, evidentes e necessárias, para que naquele período se não subestimassem os problemas que naquele momento existiam, e por outro lado se pudesse olvidar à concretização de algumas daquelas matérias. -----

----- Tinha um pedido de agendamento ao Senhor Secretário de Estado das Obras Publicas, para na próxima semana, confrontá-lo com aquelas novas circunstâncias, e solicitar-lhe um apoio formal e participativo, naquilo que pensava que era nevrálgico de, pelo menos recuperarem toda a zona existente na trezentos e quarenta e um, entre a entrada no Concelho de Montemor-o-Velho e saída do lado de Soure. Quer do lado da Granja, quer do lado de toda a margem direita do Mondego, em todas aquelas vias que tinham vindo a discutir. -----

----- Entre Pereira e Ponte de Formoselha, e depois na margem direita entre a Ponte de Formoselha e a Ponte de Montemor, para que aquelas soluções que naquele momento, tinha vindo a desenvolver em parceria com o INAG e com outras estruturas, e que tem encontrado feedback positivo, encontrava agora uma solução financeira para que fosse desenvolvida. -----

----- Pensava que a autarquia de Montemor, naquele caso, não poderia assumir integralmente a responsabilidade financeira de toda aquela recuperação de projectos que eram extremamente vitais, e ao mesmo tempo tinham que ser claramente suportados pela Administração Central. A parte do traçado da trezentos e quarenta e um, que se encontrava definida entre Alfarelos e Pereira, continuava no Plano Rodoviário Nacional. Dentro daquele contexto, irá abordar a Administração Central, para que, em dois mil e três, possam ter uma solução, que passará por um estudo, que pudesse olvidar os circunstancialismos do trânsito interno, sobretudo nas povoações de Pereira, Santo Varão e Formoselha. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** – Informou que, na próxima semana irá ter em Lisboa, uma reunião com o Presidente do Fundo de Turismo e com o Director Geral de Turismo. -----

----- Irá debater questões que se prendem com a candidatura ao programa PIQTUR, quer da infra-estrutura da Pista de Remo, quer por causa da candidatura formal àquele programa, no que dizia respeito ainda, à “Coup de la Jeunesse”. -----

----- Esperava estar, da parte da manhã, com o senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, para discutir a problemática da piscina municipal, e também do Centro Náutico. ---

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Oitava** – Informou que, tinha iniciado todos os trabalhos de revisão da estrutura orgânica e de quadro de pessoal. Tem vindo a reunir com os trabalhadores das diferentes áreas, com quem tem estabelecido diálogo, para ouvir as expectativas dos trabalhadores da Câmara Municipal. Também para lhes manifestar o empenhamento que havia, para que a reestruturação seja feita para modernizar, aumentar produtividade e sobretudo dignificar profissionalmente todos os funcionários. -----

----- Como já deveriam ter reparado, já existia no município o Sistema de Segurança integrado. Tinham sido já colocados sistemas no pavilhão, estavam a fazê-lo no edifício principal e irão ser colocados no Solar dos Pinas e no parque de máquinas. -----

----- Todo o sistema de protecção e de integração estava a ser ultimado, e convidava todo o executivo a visitarem o que iriam ser as novas instalações do futuro Gabinete de Apoio à Autarquia e ao Associativismo, que se tinham comprometido, e que naquele momento estava na sua fase final de ultimação. -----

----- Esperava que, durante o corrente mês, sejam integrados para aquele local todos os técnicos, já com todos os sistemas operacionais. Dos vinte e cinco computadores, de linha branca e seis de maior suporte informático, para determinado tipo de tarefas já tinham sido adquiridos, praticamente todos. Iriam ser confrontados, daqui a pouco, com uma apresentação de um projecto de reestruturação de toda a zona do primeiro piso, sobretudo da ala esquerda de quem entra na edificação. Havendo a vontade de, gradualmente, conforme a disponibilidade financeira, ir remodelando os restantes espaços. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Nona** – Informou que, nessa semana tinha sido celebrado o contrato de prestação de serviços com o médico que irá ficar responsável pela medicina ocupacional e preventiva dos trabalhadores. Para já irá funcionar no segundo andar, que tinha sido recuperado com aquele objectivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### ----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** – Informou que, gostaria de fazer uma intervenção que tinha preparado, e que se justificava por alguns acontecimentos, que têm ocorrido ao longo daquele tempo, e ainda pela leitura que tinha feito da acta, da reunião anterior. -----

----- Era uma intervenção atípica, porque iria pela primeira vez, desde que estava naquele executivo, e já tinham passado por vinte e cinco reuniões, fazer uma abordagem cruzada entre aquilo que tinha sido a sua experiência, e o que eram os seus sentimentos,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

entre o papel de Vereador da oposição, de Cidadão e também de Dirigente de uma Associação. Corria, mesmo o risco, de que tudo aquilo fosse considerado incompatível. -----

----- Porém parecia-lhe ser o momento de proferir e partilhar com o executivo algumas sensações, algumas certezas, algumas duvidas e especialmente confessar-lhes a sua dificuldade, em se posicionar em todo aquele processo, ao longo dos tempos. -----

----- Nunca tinha tido, até ao momento, talvez aquela coragem. Tinha tentado prosseguir sempre uma linha de raciocínio no município, no sentido de separar as “águas” de nunca intervir em assuntos relacionados com a Associação Fernão Mendes Pinto, a qual presidia há muitos anos. Nunca o tinha feito por respeito ao executivo, e por não ser confortável, muitas das vezes, ser-se juiz em causa própria. -----

----- A verdade era que, ao longo daqueles tempos, alguns factos tinham justificado que naquele dia corresse o risco de não ser bem interpretado, inclusive de poder maçar o executivo, e de poderem, até acreditar que a sua intervenção atrasaria durante alguns minutos, assuntos muito mais importantes do que aqueles que iria expor, ou até pensar que o iria fazer por revanchismo, ou fazendo aproveitamento político, como era referido na acta, sobre assuntos de uma instituição. -----

----- Muitas das afirmações que tinham sido feitas, na sua opinião, tinham sido injustas e graves. Tinha preparado um documento, que não irá ler, pois não queria ocupar demasiado tempo, nem maçar o executivo. Gostaria, no entanto, que fosse posteriormente lido com mais atenção pelo executivo (documento anexo à presente acta sob o numero um). -----

----- Não era fácil, para alguém que há bastantes anos liderava uma Associação, com impacto Concelhio, Regional e Nacional, passar a assumir, ou exercer um cargo político, com conotação partidária, e pensar que a seguir àquele facto, tudo seria como antes. -----

----- Tinha consciência dos riscos que corria, sabia que poderiam haver interpretações diferentes sobre aquela posição, mas também sabia que um cidadão, tal e qual como os seus digníssimos colegas de executivo, não deveria ser inibido de qualquer dos seus direitos, independentemente dos lugares que ocupem, seja no tecido associativo, seja na Administração Pública, seja no sector empresarial. Como tal parecia-lhe que aquilo não poderia ser, nunca, um entrave para a compreensão daquela relação, que tinha tentado manter sempre separada. -----

----- Um dos aspectos pelo qual não lhe poderiam nunca cobrar nada, era o facto de ao longo de todos aqueles anos, ter residido, ter investido, ter centrado toda a sua actividade e toda a sua vida no Concelho de Montemor-o-Velho. Por isso, estranhava que, em determinadas circunstâncias, se pusesse em causa, não só o papel que eventualmente

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

poderia desempenhar num lado ou noutro, mas inclusive também, o papel e importância que a Instituição que já tinha referido, tinha no Concelho. -----

----- Mais disse que, todos estavam implicados com a sociedade em que viviam e, obviamente, desempenhavam as funções de acordo com a sensibilidade com que viam o meio em que estavam inseridos. Ao longo de todos os anos de associativismo, enquanto Presidente da Associação Fernão Mendes Pinto, tinha aprendido que os fenómenos de crescimento, de aprendizagem, de sucesso e de desenvolvimento, estavam sempre associados a processos de cooperação, companheirismo, interacção, complementarização e participação activa. -----

----- Tinha também, aprendido e acompanhado todo o papel importante, que aquela Associação tinha desenvolvido ao longo de vinte e cinco anos de vida, no Concelho de Montemor. Uma parte, tinha sido acompanhada por ele, outra parte, não, pois aquela Associação tinha sido fundada por outras pessoas. A verdade, era que o seu papel não poderia ser posto em causa, poderia ser discutido em termos pontuais, em termos de alguma estratégia, mas não poderia ser posto em causa, nem nunca servir para que, num determinado contexto se diminua, ou se exerça algum tipo de pressão, sobre quem quer que fosse, e muito menos sobre si mesmo, enquanto Vereador. -----

----- Lembrava, também do historial sobre a sua própria intervenção no Concelho, sobre a intervenção da Associação que representava, e a contextualização de alguns factos que tinha vindo a observar, ao longo dos meses de mandato. -----

----- Referiu ainda que, tentava, no contexto das Reuniões de Câmara, e do lugar que ali exercia, quer com os seus camaradas, quer a título pessoal, preparar todas as reuniões com a mesma atenção e rigor, estudar detalhadamente os dossiers que lhes chegavam às mãos, atender a quem a si recorria, estar atento ao que se passava no Concelho, corresponder aos convites que lhe eram dirigidos, preocupar-se em trocar impressões com os seus camaradas antes de tecer quaisquer apreciações, relativamente às matérias que ali eram tratadas e dialogar sem reservas, ou preconceitos com os opositores. -----

----- Todos sabiam, que não tem sido fácil, simultaneamente desempenhar aquele papel e cumprir com o que dele esperavam, o partido que representava e aqueles que nele votaram. Mantinha-se fiel às suas convicções, compatibilizando a actividade política com a actividade que desenvolvia, enquanto dirigente e profissional do terceiro sector. Contudo, o poder, neste País, e no Concelho, era normalmente entendido, se não da pior forma, de uma forma bastante susceptível. Os que ganhavam, eram normalmente presunçosos,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

arrogantes e autocráticos, e os que perdiam, raramente aceitavam a derrota como legítima. Assumiam os seus próprios erros, ou se dispunham a transigir e a cooperar.-----

----- A partir daquela dicotomia comportamental, a realidade acabava por dividir entre uns e outros, e para mal de todos, e das populações que ambos reclamavam servir, assistia-se com frequência a ajuste de contas, a “caça às bruxas”, retóricas de baixo nível, jogadas de bastidores e guerrilhas, totalmente despropositadas e inaceitáveis. Eram bem mais adequadas a uma qualquer Nação terceiro-mundista, do que a um País ou Município Europeu. -----

----- A política eram eles, os que os tinham elegido, os que não elegeram e os que pela idade, ou por qualquer outra razão, não tinham podido votar. Quem o esquecer, e estiver mais preocupado com o seu umbigo, quem pensar que o que interessava era hostilizar os adversários, e pura e simplesmente bani-los ou ostracizá-los, quem julgar que o centro do universo é o seu próprio, não irá longe, jamais terá um lugar grande, ou pequeno na história, e jamais poderá dizer, como referiu Pablo Neruda: “confesso que vivi”. -----

----- Num outro dia, aquando de um telefonema pontual, que o Senhor Presidente da Câmara, tinha tido a gentileza de lhe fazer, a propósito do facto de não haver reunião, tinham trocado uma impressão rápida, sobre um processo, em que a Associação estava envolvida. O Presidente da Câmara tinha tido a gentileza de reiterar o que tinha parecido passar na ultima reunião. O que lhe tinha respondido, é que nem ele, nem os seus colegas de vereação irão fazer: branquear ou escamotear a obra que este executivo vier a fazer, tinha-lhe dito frontalmente, que não seriam eles, nunca, independentemente dos custos que isso pudesse acarretar, o iriam fazer. -----

----- Tudo o que for justo, oportuno e importante para o concelho de Montemor, subscreverão e, nunca funcionará como argumento, nem como arremesso em qualquer situação, seja agora, seja no futuro. Também tinha referido, que seria muito pouco provável que no futuro político ou de discussão política, eventualmente ele ou os seus colegas de vereação, pudessem estar, o fariam sempre com a maior ética e com o maior cuidado relacional. -----

----- Mais disse que, sentia que existia ali, um processo, não diria ser um processo premeditado de intenções, mas existia, objectivamente uma certa ostracização. Por um lado sentia-se incapaz de defender a Associação, porque não queria entrar em incompatibilidades. Num caso concreto, como foi o da reunião anterior, os seus colegas tinham sido apelidados de vereadores da Associação Fernão Mendes Pinto, e o Senhor

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

Vereador Pedro Machado, numa extensão bastante larga sobre o assunto, teceu considerações, que deixavam muito a desejar. -----

----- A verdade, é que aquilo que pressentia e aquilo que via, em várias matérias, a Associação não tem sido tratada da forma, como julgava que o deveria ser por este, ou por outro qualquer executivo. Apesar de não ter que ter um estatuto de excepção, nem ter que ser privilegiada, em relação a nenhuma outra. Deveria ser sim, sempre, encarada como uma Instituição do Concelho, importante, uma entidade empregadora relevante e com provas dadas a todos os níveis. -----

----- Para especificar melhor e consolidar o conteúdo dado às suas palavras, finalizava com uns quantos exemplos que evidenciavam o sentimento que tinha pretendido transmitir, que estavam bem explícitos no documento que distribuiu ao executivo. -----

----- Só depois de ler a acta é que tinha verificado que afinal de contas a reclamação já não valia de nada. Neste caso concreto, ele não participará na decisão, mas neste momento, assume o risco de dizer que o problema não estava nos critérios nem nos aspectos formais, mas sim, nos juízos de valor. Não punha em causa que o júri era competente e isento, mas havia uma premeditação clara em relação aos juízos de valor e que contraria o espírito que tem sido apregoado nesta Câmara, o que ainda na última reunião aconteceu, de que era importante em circunstâncias de igualdade privilegiar as instituições, as entidades e as empresas que podem deixar algum contributo no nosso Concelho. -----

----- A forma como foi tratado o assunto do fornecimento dos almoços aos alunos do Jardim de Infância e primeiro ciclo de Montemor-o-Velho. Envolveu a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, a Associação Fernão Mendes Pinto e que depois numa primeira decisão, obrigou a uma alteração estratégica à resolução inicial. Depois de ter sido comunicada uma decisão, voltou-se atrás porque se percebeu, que tinha havido uma precipitação. -----

----- Havia outra situação que gostaria de referir, que tinha a ver com a atribuição de um subsídio para a aquisição de uma embarcação para a APPACDM de Soure, para o remo adaptado. Todo o processo de remo adaptado foi sempre financiado tecnicamente, materialmente, financeiramente pela Associação Fernão Mendes Pinto, sem nenhum retorno, nem por parte da APPACDM de Montemor, nem da de Soure, nem de Arnes, nem de qualquer outro lado. Foram os técnicos, o equipamento e o trabalho da Associação, que sempre desenvolveu aquele processo. E depois quando se chega a altura de haver uma participação no Campeonato do Mundo, estimulada por todo este processo que

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

decorreu durante anos, aparece uma circunstância, em que a Associação fica fora de todo este processo. -----

----- Disse ainda que, tem vindo a notar que nas reuniões do executivo, e era a primeira vez que falava nisto, em termos de regulamentação, quer ao nível da Cultura, quer ao nível do Desporto, quer ao nível do Tecido Social, quer ao nível da atribuição de subsídios, etc., salvo alguns que decorrem daquilo que era a filosofia da grelha, até hoje não se regulamentou nenhuma actividade desportiva que a Associação Fernão Mendes Pinto praticasse. Ao nível das actividades culturais e recreativas, regulamentaram-se todas elas. Ao nível social, não foi enquadrado nem desenvolvido nenhum planeamento, em termos das instituições de solidariedade social. -----

----- Até hoje, a Associação tem estado sempre fora de todo o trabalho desenvolvido e que ali foi regulamentado, mesmo até, e aí fazia justiça, houve, a aprovação e por proposta do Senhor Presidente da Câmara de alguns apoios para iniciativas concretas, como a ida à Madeira, o Torneio de Basquetebol, Prémio do Ciclismo Alves Barbosa, etc., sabia ser justo nestes aspectos, mas, notava-se que havia um embaraço geral, quando se falava da Fernão Mendes Pinto, parecendo-lhe que é amaldiçoado. Foi em tempos antigos, amaldiçoado por dizer a verdade, hoje é amaldiçoado por ter feito o que fez, em prol deste Concelho. -----

----- Queria referir outro assunto, o qual considerava embaraçoso, que ainda não veio a reunião de Câmara, apesar de já o ter solicitado, que era a questão da Associação Diogo de Azambuja. Muita tinta tem corrido nos bastidores, muito se tem dito, muito se tem feito, levaram-se a cabo iniciativas, no entanto não foi agendado aquele assunto, nunca se discutiu e mesmo no contexto da própria Associação Diogo de Azambuja, reinava neste momento e de há alguns tempos a esta parte, algum problema de fundo que era preciso contrariar. A questão por exemplo do Jornal "Baixo Mondego e Gândaras", ninguém pode dizer que o jornal tenha sido nalgum momento, parcial, aliás tem tido sempre com perspectiva em todas as edições, tentar ter de facto uma independência acima de toda a prova e sempre contemplar as actividades da autarquia e do Concelho de Montemor, como assunto prioritário das suas edições. -----

----- Mais disse que, por parte da Câmara Municipal, para além da disponibilidade que tem sido manifestada para entrevistas, etc, ao contrário do que se passou quer com outro jornal local, quer com os jornais regionais ou até distritais, não tem havido nenhum investimento nesta perspectiva. E isto levava-o a proferir estas palavras e estes sentimentos e dizer para culminar, pedindo mesmo desculpas porque o embaraço era grande, e sabia

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

que estava a “pisar o risco” quando estava a fazer uma intervenção desta natureza, mas também dizia que se, em algum momento tiver que optar entre manter-se naquele cargo, no desempenho das suas funções como Vereador, garantidamente assumirá a atitude que menos prejudicar a Associação, independentemente nela continuar ou não.-----

----- Referiu ainda que, a partir de agora, não se inibirá em momentos onde haja votações, de se manifestar e trazer ali assuntos sobre esta ou sobre qualquer outra instituição. Pensava que era tempo de fazer uma reflexão global, sobre o papel de cada instituição, neste caso concreto da Associação Fernão Mendes Pinto e espantar todos os “fantasmas” que ainda possam andar na cabeça das pessoas. Porque se existe instituição neste Concelho que, era transversal em termos político-partidários, em termos de residência e em termos de sensibilidades, essa era a Associação Fernão Mendes Pinto. Assim, julgava que ela não devia ser prejudicada, pelo facto de desempenhar a função de Vereador na Câmara Municipal, e também não podia ser prejudicado, em termos de debate político por ser o Presidente da Associação Fernão Mendes Pinto.-----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado, dizendo que a intervenção que ia fazer, embora não a tenha escrito ou premeditado, não a considerava uma intervenção atípica, e provavelmente ia falar, com alguma emoção, mas ia tentar distinguir claramente, aquilo que lhe parecia ser a grande confusão do Vereador Victor Camarneiro, e que era a distinção daqueles três papéis: entre o cidadão, o Vereador, e o dirigente associativo. -----

----- Honestamente, era o que lhe parecia, de toda a intervenção que tinha feito. Pensava que, da mesma forma que já tinha acusado aquele executivo e alguns elementos, de não estarem preparados para exercer esta ou aquela tarefa, em tempo útil, o que lhe parecia era que, também não estava preparado, talvez, para desempenhar, em simultâneo, aqueles três papéis, e talvez daí resultassem algumas das considerações que tinha feito, ao longo daquela intervenção.-----

----- Em primeiro lugar, a intervenção que ia fazer, se restringia ao campo específico do papel que estavam a exercer, ou seja, na qualidade de eleitos, cada um pela força política naturalmente que o elegeu, e não mais do que isso. Iria responder ao seu apelo de dividirem aquilo que eram as emoções, as relações peculiares, aquilo que era o papel que cabia a cada um. Talvez, por isso, pudesse ter feito algumas das intervenções, nomeadamente, o breve historial, na sua participação no concelho, que respeitava, obviamente. Pensava que cada um o poderia fazer ali. O breve historial da Associação Fernão Mendes Pinto, que lhe parecia que todos tinham entendido e respeitavam, naqueles vinte e cinco anos de actividade, independentemente de quem esteve, de quem estava e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

de quem irá estar. Como se dizia “os homens vão passando e as instituições ficam”. Tudo o que o Vereador Victor Camarneiro tinha dito, em relação às notas prévias, que lhe parecia serem mais de ordem pessoal, do que outra coisa iria guardar para último. Quanto à questão que o Vereador tinha referido, na ostracização deliberada à Associação Fernão Mendes Pinto, sobre este assunto dizia-lhe que, politicamente, não a subscrevia, não a aceitava, e mais do que isso, tinha até alguma dificuldade, em poder entender os argumentos que introduziu em cima da mesa, como sendo eles educativos e justificativos daquela ostracização. Tinham exemplos concretos e bem claros, que lhe ia dar a seguir, em como não tinha havido, da parte daquele executivo, aquele tipo de atitude. -----

----- Mais disse que, provavelmente, aquela dificuldade que o Vereador Victor Camarneiro tinha em distinguir os três papéis, o levava a poder depois, aferir e contrapor, para seis exemplos que invertiam essa posição. Aliás, o livro que tinha escolhido, não lhe parecia a melhor opção, dir-lhe-ia que talvez Miguel Torga, e recomendava ao Senhor Vereador Victor Camarneiro e a todos os elementos que estavam no executivo, uma citação: “lembra-te que és homem, que um dia hás-de morrer, que ao teu Deus hás-de dar viva conta do teu bom e mau viver”. Portanto, um dia todos serão julgados e, talvez essa fosse a melhor introdução para o Vereador Victor Camarneiro, atendendo ao facto de que, a avaliação de que tinha feito subjectiva, e em cima da mesa, um dia lhe pudesse servir e, se possível, a nós todos, se houver o tal “juízo final”, para que pudessem julgar o que tinham feito e o que não tinham feito. Assim, aquela seria a sua opção literária, que sugeria para início de intervenção. -----

----- Sobre o que tinha falado, e julgava que também aí estivesse uma segunda justificação, para aquela confusão que existia na mente do Vereador Victor Camarneiro, em relação ao papel, tinha a ver naturalmente com o facto do seu historial, poder de alguma forma, ser posto em causa, por este executivo. Não tinha sido este executivo que o tinha posto em causa, pois no dia dezasseis de Dezembro, tinham sido todos sufragados, e se as pessoas entenderam que o historial do Vereador Victor Camarneiro e os trabalhos prestados para o concelho não eram suficientes para exercer outra função naquela altura, não se podia queixar agora. -----

----- Provavelmente, como o Vereador Victor Camarneiro tinha dito, e bem, podia ser que um dia se vissem noutras fileiras, noutros combates, quer com o Senhor Presidente da Câmara actual, quer com um outro, mas o que era certo, era que aquele historial que todos respeitavam, não se podia vir agora queixar, nesta fase, pelo facto de não lhe ter sido reconhecido aquele mérito. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- Honestamente, pensava que, daí advinha a tal confusão que tinha feito e que, se prendia, sobretudo, com alguma falta de avaliação pessoal, mais do que, querer dar ao executivo e à Câmara Municipal actual, o ónus de não estarem a reconhecer aquele mérito. -----

----- Em relação, ao que o Vereador Victor Camarneiro tinha falado, sobre as possíveis pistas ou vias de ostracizão, em relação à Associação Fernão Mendes Pinto, garantia-lhe que não. Primeiro: estavam a trabalhar com a Associação Fernão Mendes Pinto, na elaboração de um Plano Municipal de Prevenção Primário da Toxicodependência, um dos assuntos em que está a haver uma colaboração, que lhe parece saudável e salutar, entre a Câmara Municipal e a Associação Fernão Mendes Pinto. -----

----- Como foi referido, os apoios que têm sido dados à Associação Fernão Mendes Pinto, quer no prémio Alves Barbosa, quer em relação à deslocação à Madeira, quer outros que se têm feito.-----

----- Em relação ao apoio logístico, na cedência quer de material, quer de meios para que a Associação, possa desenvolver a sua actividade. -----

----- Relativamente às acções que estão ainda em curso, lembrava-se de um projecto que estavam a desenvolver na área da Juventude com a Dr.ª. Marta Santos, que ainda há dias o encontrou e lhe pediu desculpa por ainda não ter falado com ele, sobre a área da Juventude, que está em curso. -----

----- Neste momento, com a Dr.ª. Sónia estava a ser feito um trabalho em parceria sobre o absentismo escolar com a Associação Fernão Mendes Pinto, poderia ir por aí fora e citar muitos outros exemplos.-----

----- Não lhe parecia que politicamente e reforçava a ideia que tinha transmitido no início, que o Vereador Victor Camarneiro tivesse razão na apreciação que tinha feito de haver uma deliberada ostracisação em relação à Associação Fernão Mendes Pinto, porque nem de perto de longe, lhe parecia que fosse útil nem válida, e mesmo para quem exercia o poder como tinha referido há pouco, e que adjectivou de arrogante e autoritário para quem o exerce, não lhe pareciam qualificar nem justificar essa apreciação, da mesma forma que, também não acha que quem não exerce o poder esteja naturalmente nessa posição tão humilde, quanto foi referenciado, que não posa admitir a derrota. -----

----- Disse ainda que, porque estavam num fórum político, e que a partir de agora não se inibirá de fazer veicular publicamente as suas opiniões, em jeito de manifestação e depreendia disso, que sejam quer orais, quer escritas, que o Senhor Vereador Victor Camarneiro escolheu provavelmente esta altura, como um quadro político, para poder



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

desenvolver alguma actividade, quer em relação à actuação deste executivo, ou quer em relação ao próprio partido, onde está militado, e que vislumbra que possa haver dentro de algum tempo actos que o justifiquem, parecendo-lhe que o referido Vereador, terá escolhido esta altura, final do corrente ano, final de onze meses de executivo, para poder começar a desencadear alguma estratégia mais pessoal, sobre esta ou aquela matéria. Estava no seu direito. Cá estarão para poder responder ou não, se forem capazes disso, mas que ficasse bem claro e pensava que o Senhor Presidente da Câmara subscreveria aquilo que estava a dizer, que não haveria certamente, nunca, uma deliberada ostracização ou qualquer tipo de atitude em relação à válida Associação Fernão Mendes Pinto, que tem naturalmente créditos quer concelhios, quer fora deles, e que lhe merece a todos, o seu aplauso quando for caso disso e nalguns casos, tem-no sido como todos sabiam.-----

----- Aliás, bastava lembrarem a cerimónia de evocação do aniversário da Associação Fernão Mendes Pinto, que decorreu nesta mesma sala, onde lhe pareceu, e achava que disso ninguém discordaria, ter havido o reconhecimento público do Senhor Presidente da Câmara, do mérito e do trabalho que a Associação Fernão Mendes Pinto não só desenvolveu, como lhe parecia que poderia desenvolver. -----

----- Por isso, achar que a reflexão escrita apresentada ali hoje pelo Senhor Vereador Victor Camarneiro (estava certo que fará outras) todos lhe reconheciam essa capacidade, se inscrevia mais numa estratégia de, nesta ou naquela fase, poder desencadear outro tipo de iniciativas, do que mais propriamente, ser alvo deste ou daquele ataque pessoal, que ele não subscrevia completamente. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que o Senhor Vereador Pedro Machado tinha sempre a habilidade política de subverter tudo completamente e de ser maldoso. E isto, porque tinha começado por dizer que não era fácil para si fazer esta intervenção, que resultava de uma reflexão de muitos meses, que não se sentia perfeitamente à vontade, de ter inclusive preparado um documento escrito, depois de ter lido a acta da reunião anterior e depois de a ter contextualizado e também depois de ter desenvolvido um pouco a ideia de que era necessário ou que valia a pena tentar esclarecer aquela tripla relação entra a Associação Fernão Mendes Pinto, a própria pessoa enquanto cidadão e a relação política, e o Senhor Vereador Pedro Machado, tinha tentado, como era hábito, subverter tudo. Não tinha respondido às questões concretas, mas tinha falado em termos genéricos, começando por falar sobre Miguel Torga. Tinha referido que trazia um documento e Miguel Torga fazia de facto parte das suas citações, só que fazia parte noutro contexto. Referia assim Miguel Torga, em vinte de Setembro de mil

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

novecentos e quarenta e dois: "É uma coisa triste, uma povoação defunta! O cadáver de um homem, mesmo a desfazer-se, prece pulsar ainda. Mas o cadáver de qualquer Pompeia, dá-nos a impressão de ter uma existência embalsamada... As árvores que plantamos morre; os animais que criamos, morrem; as ilusões que sonhamos, morrem; a nossa própria pessoa, morre. Serenas, firmes, a desafiar o tempo e os vendavais – as quatro paredes onde nascemos, e onde hão-de nascer (pensamos nós) netos dos nossos bisnetos. --

----- Seja como for, não consigo apagar dentro de mim a sensação desagradável de ver esta carcaça de pedra e cal. O João de Ruão esculpiu aqui; o Abade João viveu aqui; o Jorge de Montemor nasceu aqui; o Fernão Mendes Pinto embarcou aqui – e nada disto, hoje, tem qualquer significado aqui! O castelo, reconstruído, ergue-se em vão no descampado; a casa da roda, habitada por uma mulher que me queria vender as pias das janelas e a inscrição da padiera por quinhentos mil reis, recolhe desilusões iguais à minha; e o todo que resulta desta negação faz doer.-----

----- Há gente ainda pelas ruas, é certo; mas é uma gente que vice num cemitério, que indubitavelmente mereceu, e onde não quis honrosamente ser enterrada." -----

----- A questão que se colocava e que tinha sido ali transmutada para uma outra situação, em primeiro lugar, era seu hábito, sempre que fazia alguma intervenção, costumava deixá-la por escrito, porque na sua opinião, quem escrevia, deixava um registo, quem não escrevia, no dia seguinte poderia invocar que tinha dito ou não, ou que não tinha sido aquele tom.-----

----- Por outro lado, e quanto às insinuações que tinha feito, de que aquela posição tinha a ver com eventuais guerras políticas, pontuais ou futuras, que tinha a ver com a necessidade de protagonismo pessoal, estava enganado, pois protagonismo não era propriamente o seu estilo a esse nível, principalmente em termos políticos. -----

----- Parecia-lhe que misturar, naquele contexto, as questões de dezasseis de Dezembro, sempre referiu que sabia qual o papel que ali desempenhava. Estava como primeiro Vereador da oposição, apenas porque, quem tinha o direito de o ser, se tinha ido embora. Sabia que tinha sido sufragado, nas ultimas eleições, a par com uma equipa que não tinha sido escolhida pelos munícipes do Concelho de Montemor, não tinha duvidas quanto a isso e estava perfeitamente à vontade, e se havia pessoas que tinham reagido bem à derrota, uma delas, tinha sido ele e tinha-o demonstrado ao longo destes tempos.-----

----- Nenhuma animosidade pessoal o movia contra ninguém, e tinha-o demonstrado. Ao longo de todos aqueles meses, tinha detectado alguns sintomas, de que era preciso, e tinha o dever de tentar introduzir, sempre que tal for necessário, e sempre que considere

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

justificável. Todos sabiam, e todos se conheciam há longos anos. Tinha tido para com o Presidente da Câmara e por qualquer um dos membros deste executivo, toda a frontalidade. Da sua parte, fora daquela sala, até àquele dia, por razões várias, nunca ninguém o tinha ouvido ou a caluniar, ou a dizer fosse o que fosse. -----

----- Inclusive com o Senhor Vereador Pedro Machado, com quem tinha a possibilidade de desenvolver algumas actividades numa Associação em que a Câmara também participava, tem sido o mais frontal e o mais sincero possível. Têm partilhado alguns pormenores e algumas confidencialidades sobre o processo em que estavam envolvidos, e nunca, da sua parte, tinha havido qualquer aproveitamento daquela situação. A partir do momento, em que tinha passado a exercer aquela função, tinha deixado de ter as suas participações escritas, por exemplo, na comunicação social. Se o Senhor Vereador Pedro Machado conseguia compatibilizar todas aquelas coisas, muito bem, mérito seu, porque também não estava tão implicado na sociedade montemorense, no concelho de Montemor, para que tivesse dificuldade para compatibilizar as suas posições, porque a única que desempenhava era a posição política, nem como cidadão residente, a não ser ao fim de semana, nem enquanto dirigente de qualquer outro sector, pois a única coisa que fazia, era ser Vereador, e era aquela a relação que tinha com o concelho de Montemor, que era meramente política.-----

----- Na sua opinião, o senhor Vereador Pedro Machado, tinha percebido, mas não queria perceber, tinha tentado naquele fórum, partilhar e confessar, que de facto, não era fácil discutir aqueles assuntos, e que a sua sensação era que, existia ali uma apreciação, que do seu ponto de vista, podia conduzir àquela ostracização, porque não se sentia à vontade para abordar determinados assuntos, com aquela dupla função, e por outro lado, tinha a sensação, e tinha dado alguns exemplos, que não tinham sido rebatidos, em que precessionava que existia alguma resistência. Por exemplo, tinham falado no plano da toxicodependência, tinha sido a Associação Fernão Mendes Pinto, que o tinha proposta à Câmara municipal, pois reconheciam na Câmara o principal e o mais importante interlocutor ao nível do concelho, e com quem se devia articular todos os projectos e estratégias. Mas também era verdade e não percebia, porque era que há tantos meses que andavam com aquele projecto, e ele ainda não tinha legitimado, nem sequer ainda tinha sido levado a Reunião de Câmara, quando seria suposta já estar aprovado, e em vigor já este mês de Novembro. A Casa da Juventude, também tinha sido a Associação Fernão Mendes Pinto a fazer aquela proposta à Câmara Municipal. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- Todas as dinâmicas que existiam naquele momento, e que entendia bem ao nível dos técnicos, tinham sido propostas pela Associação. Gostaria de ver uma posição onde se notasse mais claramente que o que estava ali a dizer, e fazia-o de uma forma profilática, pedagógica e não outra qualquer, pois não iria aproveitar, nem fazer política.-----

----- Gostaria de não ficar com aquela sensação, e não tinha a mania da perseguição, nem nunca a tinha tido, porque todos os que tinham ganho, tinham perdido muitas vezes. Confessava que, de facto, não estava preparado para aquele facto, pois nunca tinha tido qualquer actuação política evidente, em termos de desempenho de qualquer função. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, ia fazer uma intervenção com muita sinceridade. Não subestimava o que estava escrito, mas subvalorizava, isto é, se tivesse a consciência minimamente pesada, ou julgasse que aquilo que tinha lido, poderia rever, do ponto de vista de qualquer circunstancialismo, em que julgasse que estava participativo ou envolvente no sentido da análise mais negativista, feita pelo senhor Vereador Victor Camarneiro, e só estava a falar como Vereador, sentiria que se deveria preocupar. -----

----- Ficava em dúvida se também, de uma certa maneira, o contexto em que hoje se circunscrevia a conjuntura nacional, local e associativa, também não podia dar origem a que naquele circunstancialismo, o senhor Vereador, nas outras funções que desempenhava fora da Câmara Municipal, não estivesse também, se calhar em condições excepcionais, numa circunstancia em que nunca tinha estado, nos últimos anos.-----

----- Falava enquanto dirigente de uma Associação. E dentro desse âmbito, só para circunscrever melhor o cenário que estava a abordar, tinha algumas dúvidas sobre a forma mais adequada de precisamente desvirtuando todo o outro contexto que ali tinha sido discutido e que também não lhe interessava para nada, em termos da questão política, qual a melhor forma para que não se criem estigmas desse mesmo relacionamento.-----

----- Disse ainda que ia dar um exemplo concreto: na semana passada tinham-se debatido questões da área do desporto, que são directamente relacionadas com o Vereador que neste momento era ele, em que algumas pessoas que até são mistas entre a Associação e a Autarquia, apresentavam projectos que considerava serem válidos e se calhar até eram satisfatórios para uma maior envolvimento e ao mesmo tempo " mais adequabilidade funcional da própria estrutura" em termos do que hoje a Associação é do ponto de vista desportivo. -----

----- A questão clara que já tinha referido era que, ele nunca tomaria a iniciativa, pela simples razão de que se isso, vai a um encontro dos interesses da Associação, então que

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

seja a Associação a iniciá-lo por uma questão meramente objectiva e que isso corresponda a uma resposta ao associativo e não uma pretensão da autarquia face ao associativismo.--

----- Era o exemplo mais completo e mais recente desta matéria. -----

----- Como a sua atitude ali tem sido esta, o procedimento tem sido idóneo e sobretudo respeitador do vínculo que representam as Instituições, não se revê nisto e considera que não há razoabilidade para o responder e não subestimava o que ali foi apresentado, mas não o releva. -----

----- Reconhecia que o Senhor Vereador tivesse razoabilidade para contextualizá-lo e em equacioná-lo. -----

----- Mais uma vez, estava ali a demonstração se calhar de uma nova prática democrática deste órgão, achando muito bem que tivesse sido apresentado aquele documento. Ficava no entanto, a dúvida se não seria de uma forma persuasora, de a partir daquele momento, poder ter algum "circunstancialismo" acrescido face a uma circunstância delicada, e que não omitia. -----

----- Já tinha dado provas que estava disponível para ajudar, não o Vereador da oposição, mas a Instituição. Aquela questão era posta, formal e intrinsecamente naquela matéria. -----

----- Quanto ao resto, se tinha havido alguém que já se tinha predisposto a arranjar soluções daquilo que para ele era a função mais nobre daquela Instituição, e achava que tinha sido esquecida e escamoteada, ao longo dos últimos tempos. A função mais nobre seria a do apoio à infância, logo na sua fase inicial, quer pré-escolar, quer de cresce, etc., tinha que voltar a ser retomada com qualidade e com valor. Quando tinha oferecido os préstimos para desenvolver um projecto e chegar ao momento, e dizer que, não admitia a ninguém, que questionasse o papel, a experiência e a qualidade que tem vindo a ser desempenhado por aquela Instituição. -----

----- Pensava que, aquela era a génese daquela casa. Era um dos "parentes pobres", quando discutiam todo o cenário daquela Instituição. Tinham falado no desporto, na juventude, etc., e tinha tentado levar para cima da mesa a discussão, em termos pragmáticos, daquilo que era um conceito que fazia, da sociedade, sobretudo da sede do concelho, aquele tipo de prestação de serviços era hoje necessário de modernização, de adequabilidade, de tecnicidade e sobretudo de adaptabilidade àquilo que eram as novas vicissitudes, do desenvolvimento e do progresso que a própria Vila tinha entrado. -----

----- Não fará mais comentários sobre aquele assunto, apenas deixava claramente, e sem pejo algum, a circunstância que voltava a referir. Não subestimava o que ali estava, e

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

achava que era o produto de alguém que independentemente de se gostar, ou não, tinha dado algo valioso pelo social. Por outro lado não se revia nele, porque não considerava que a sua consciência, e muito menos no desempenho político no cargo em que estava, tenha alguma vez feito ou previsto qualquer circunstância que tivesse preferencialmente lesado os interesses de uma Instituição, que respeitava. As palavras que em Fevereiro tinha proferido, aquando do aniversário da Associação e que algumas delas, do ponto de vista mediático, poderiam ter sido mal interpretadas por quem de direito, tinha todo o reconhecimento que, dois meses antes tinha sido um adversário, poderia não ter percebido, o contexto em que distinguia o político do dirigente associativo.-----

----- Fará daquelas observações, a leitura do prisma que tinha acabado de referir. Considerava de qualquer forma, que pensava ser adequado a discussão daquele problema na Reunião de Câmara. Pensava também ser adequado que aqueles assuntos fossem discutidos com frontalidade. -----

----- Dentro daquela matéria os próximos dias e os próximos meses serão os melhores exemplos do contexto funcional que se pretendia. -----

----- Dando o benefício da dúvida que aquela matéria não existia, no contexto de uma linha orientadora, que fosse dialogante e de ajuda para que a instituição que hoje era um poder económico no Concelho, não o deixasse de ser. -----

----- O Vereador do Pelouro do Desporto, por exemplo, estava perfeitamente disponível para equacionar com a Associação Fernão Mendes Pinto, a discussão dos assuntos que fossem enquadradores. Havia situações delicadas, envolvendo pessoas intermédias naquele processo. Considerava que, se resolverão de forma adequada quer para uns, quer para outros, pois ambos poderão sair bem do cenário, tendo o objectivo comum, de resolver problemas e de criar circunstâncias em que, sobretudo e finalmente se pudesse colaborar para o desenvolvimento do Município. Pensava que, o que tinha sido apresentado deveria ser estimado, mas não relevado. -----

----- Não sentia o mínimo de peso naquela matéria, e portanto não faria discussão política daquele assunto, pois achava que não tinha que ser discutido. Ficaria como um apelo, justificado por alguém que estava a exercer um cargo, e que pela primeira vez tinha uma visão, que talvez lhe tivesse retirado muito da afectividade que poderia colocar naquela matéria, muito do romantismo que teria que repercutir-se, e que hoje trazia naquela composição.-----

----- Daria a relevância ao documento, do ponto de vista da estima que tinha pelo objectivo da Instituição, da pessoa, enquanto desempenhador de funções associativas.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

Não o relevará no contexto da crítica, pois não se revia nele. As portas estariam sempre abertas, para que houvessem propostas. Para que no futuro, em documento daquele género não referissem que tinha sido a autarquia a fechar, a propor e a liquidar. -----

----- Deveriam arranjar soluções para que, em contexto funcional, a Instituição reforce os seus elos, autonomize cada vez mais, e ao mesmo tempo, o produto que tinham que dar à comunidade seja ele da responsabilidade municipal, ou da responsabilidade associativa, continue a desenvolver na altura e no local, para que os mesmos cidadãos verifiquem que não há lacunas ou insuficiências naquela matéria. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, obviamente não era ele quem encerrava as conversas, mas gostaria de referir a diferença entre vários tipos de discurso. -----

----- Pensava que, a questão que colocava, e sabia que não era fácil trazer para um patamar daqueles, uma discussão daquela natureza, poderia ser mal compreendida por muita gente. O que era importante, era conseguir chegar ao ponto, e lutar para isso. Tinha sido dado o exemplo pelas palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara, não era porque lhe tinha falado ao gosto, pois a subtileza das palavras, para quem as quisesse entender, marcavam muito bem qual a posição de uns e outros, mas parecia-lhe haver a compreensão, não da luta política, nem a compreensão da luta social, mas sim a compreensão do desenvolvimento do Concelho de Montemor. -----

----- A sua preocupação centrava-se naquele desenvolvimento, e era essa preocupação que tinha que ficar bem clara. Para ele era muito mais importante a Associação a que estava ligado, do que o cargo político que naquele momento exercia. A dificuldade em abordar aqueles assuntos era extrema. -----

----- Disse ainda que, a intenção em levar ali aquele assunto era, noutras circunstâncias, para que não fossem apenas reuniões em que decidiam alguns assuntos que estavam, a maior parte das vezes, previamente decididos, porque eram óbvios, mas também que se introduzisse, alguma discussão diferenciada. -----

----- A intenção daquele documento era somente aquela. Não ficava de bem com a sua consciência, depois de ter lido o que leu, na ultima acta e depois de constatar algumas situações particulares que ali tinha enunciado, ficar com a sensação de que nada teria feito para tentar esclarecer e para tentar, de uma certa forma, também sensibilizar para a necessidade de se debaterem aquelas circunstâncias. -----

----- Quando outras propostas iam à reunião de câmara, fossem elas de quem fossem, relativamente a projectos de carácter associativo, a projectos que contribuam para o

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

desenvolvimento do concelho, etc. ele próprio os encara e contextualiza, naquele princípio. A sua missão, naquele órgão, era promover o desenvolvimento, independentemente de quem o protagonizava. Desde que aquele protagonismo não tivesse uma dupla faceta, de forma pouco ética, de servir para outro tipo de finalidades. -----

----- Gostaria de realçar as palavras que tinham sido proferidas pelo Presidente da Câmara, e também afirmar, sem nenhum problema, nem nenhum preconceito, seja de carácter político, seja de carácter pessoal, que se revê no princípio ali enunciado por ele. Fazia votos de que, quer a Instituição em causa, quer o executivo, soubessem dar-lhe conteúdo, no futuro, que era o que lhe parecia mais importante. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### -----GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JÚRIDICO -----

##### ----- 1 - CANDIDATURA AO PROGRAMA LEADER + AD ELO -----

##### ----- - "REABILITAÇÃO DO CELEIRO DOS DUQUES DE AVEIRO"-----

----- O Presidente da Câmara informou que, a Câmara tinha apresentado uma candidatura, a qual previa um investimento global estimado em cerca de duzentos mil euros (documento anexo à presente acta sob o numero dois).-----

----- Posteriormente, face às cotas de disponibilidade existentes por cada autarquia no programa a que tinha havido candidatura efectuada, por parte das respectivas entidades interessadas, verificou-se que a disponibilidade de financiamento seria cerceadora para o valor global do projecto. -----

----- Tinham tido já oportunidade de debater aquele assunto, de subdividir a própria candidatura em duas fases, e com base naquela matéria, tinha havido uma reapreciação e uma reanálise da candidatura que, tinha apresentado um total de investimento no montante de cerca de cento e dois mil, novecentos e setenta e seis euros e dezanove cêntimos, para um financiamento na "casa" dos cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e oito euros e dez cêntimos. -----

----- Propunha à Câmara a aprovação da candidatura ao Programa Leader + AD ELO – "Reabilitação do Celeiro dos Duques de Aveiro". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

#### ----- 2 – PROGRAMA MUNDIEMPRESA – RECIT II -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, o Programa Mundiempresa – Recit II, estava a chegar ao seu término no final do mês de Novembro. -----

----- Teriam que apresentar todos os elementos comprovativos para o recenseamento dos co-financiamentos respeitantes àquela medida. Havia, desde já, a preocupação de integrar naquele projecto, todas aquelas questões que se prendiam com o tratamento e recuperação dos efluentes agrícolas do concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Havia necessidade de através de uma colaboração próxima, quer com a ADA, através da Escola Profissional Agrícola, fossem desenvolvidos um conjunto de trabalhos de levantamento de todas as explorações agro-pecuárias do concelho, que poderiam vir a ser alvo daquele mesmo estudo. Actualmente, por celeridade do processo, tinham naquele momento os orçamentos apresentados pela ADA para pagar todo aquele trabalho. -----

----- Propunha à Câmara autorização para pagarem à Associação Diogo Azambuja o montante, incluindo IVA, de vinte um mil seiscientos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos, para fazer face a todo o projecto de desenvolvimento da candidatura feita através daquela matéria. Após o pagamento apresentarão aqueles valores para o respectivo co-financiamento através daquela medida.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

#### **----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

#### **----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----**

#### **----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----**

#### **----- 1 – REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE MONTEMOR-- -----O-VELHO-----**

----- O Presidente da Câmara informou que, o Regulamento do Arquivo Municipal, tinha sido já distribuído há algum tempo, e esperava que tivessem feito uma leitura do documento, e se tivessem algumas sugestões a apresentar, poderiam-nas apresentar naquele momento.-----

----- O Presidente da Câmara propôs que a Câmara autorizasse, que o regulamento em epígrafe fosse posto à discussão interna até ao próximo dia vinte de Novembro, para que na próxima Reunião de Câmara fosse tomada a deliberação final.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.537/V

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

### ----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

#### ----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --

----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e dois de Outubro e cinco de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três).---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### ----- 2 - ATRIBUIÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL -----

----- Pelo Presidente da Câmara, foi proposto ao executivo, tendo em consideração que o funcionário Elias dos Santos Lopes, exerce as funções de fiscal de leituras e cobranças desde Agosto de mil novecentos e oitenta e oito, e inserido no sector de águas; -----

----- Considerando que presta serviço ininterrupto, desde dezoito de Fevereiro de mil novecentos e setenta, sendo um funcionário assíduo, dedicado e competente, tendo revelado espírito de dever e colaboração;-----

----- Considerando que executa o seu serviço fora do seu horário normal de trabalho, sempre que o seu sector esteja em causa e em situação de urgência; -----

----- Considerando o desenvolvimento do seu trabalho;-----

----- Considerando ainda que importa estimular e conhecer o mérito e dedicação que coloca nos serviços; -----

----- Fazendo uso da competência que lhe é prevista nos numeros dois, três e cinco, do artigo trinta, do Decreto-Lei numero cento e oitenta e quatro barra oitenta e nove, de dois de Junho, a atribuição de mérito excepional, ao referido funcionário para efeitos da alínea a), do numero quatro, do artigo trinta, do referido diploma legal (dedução do tempo de serviço para efeitos de progressão).-----

----- Propôs ainda que a Assembleia Municipal ratificasse, nos termos do número cinco, do artigo trinta, do Decreto-Lei numero cento e oitenta e quatro barra oitenta e nove, de dois de Junho, a proposta agora apresentada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, atribuindo mérito excepional ao fiscal de leituras e cobranças, Elias dos Santos Lopes. -----

----- Mais foi deliberado, nos termos da lei, que a referida proposta, fosse submetida à ratificação da Assembleia Municipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*****-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----****-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----****----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----  
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES -  
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE  
----- JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e quatro de Outubro a oito de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

**----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia sete de Outubro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão oitocentos e vinte e sete mil trezentos euros e cinquenta e dois cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e sessenta e sete mil setecentos e vinte e cinco euros e dezasseis. -----

----- A Câmara após estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -

**----- 3 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE -----  
----- MONTEMOR-O-VELHO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, no dia catorze de Novembro de dois mil e um, o executivo anterior tinha aprovado um apoio à Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, que dizia respeito às intempéries que tinham ocorrido, e para socorrer um complemento às TNS'S que, entretanto a Associação tinha pedido apoio, para poder superar as dificuldades que tinham. -----

----- De acordo com anterior deliberação, aprovada por unanimidade no anterior executivo, teria sido concedido um apoio de quatro mil contos em dois mil e um. A actual direcção diz que os remanescentes seis mil contos, teriam ficado para pagar o mandato seguinte. -----

----- No início do mandato, tinha tido uma reunião com os Bombeiros Voluntários, da qual tinham acordado que, logo em Fevereiro ou Março, reforçariam o apoio mensal, em cerca

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

*Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl.538/V

de quinhentos contos, o que dava um total superior a seis mil contos, para fazer face a todo o processo. -----

----- Disse ainda que, considerava ter sido um pouco deselegante, para com o Presidente da Câmara, uma vez que não lhe tinha sido dado a conhecer aquela situação. Mais tarde em Junho ou Julho, em que as situações financeiras da própria Instituição tinham tido alguma dificuldade, tinham solicitado o pagamento excepcional, daquilo que se devia à dita Instituição. -----

----- Não tinha conhecimento daquela situação, pediu aos serviços que o informassem. Tinha verificado o teor das anteriores deliberações, e tinha ficado numa circunstância que, por um lado pensava ter havido alguma falta de ética, pois a situação deveria ter sido colocada com maior transparência. Por outro lado, sentia que dentro daquilo que têm vindo a fazer, de não pôr em causa todos os compromissos que vinham de trás, e que sempre respeitaram, existia agora uma situação de embaraço. -----

----- Em Junho/Julho, tinha sido peremptório, e tinha dito logo na altura, que não levaria aquele assunto a Reunião de Câmara, pois considerava ter sido feito um enorme esforço, para aumentar a capacidade de intervenção no esforço ao longo do ano, estavam a pagar as despesas a tempo, e tinham solvido a dívida. -----

----- Agora aquela Associação, solicitava uma vez mais, formalmente colocar a mesma questão. Frisava que havia compromissos assumidos, e procedimentos que não consideravam que tivessem sido o mais transparente possíveis. -----

----- Assim, propunha que, até àquele montante, pudesse negociar com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, aquilo que já tinha sido atribuído, excepcionalmente, para a recuperação de uma parte dos seu imóvel, fosse considerado para que pudessem, não estar ali em duplicação de verbas sistemáticas naquela matéria. A forma de pagamento, pedia que a Câmara autorizasse, mas dando a possibilidade que aquele pagamento fosse gerido temporalmente, pois naquele momento não garantia ter a capacidade de poder de imediato, solver todo aquele montante. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, envolvendo o pagamento no montante até trinta mil euros. -----

## ----- 4 - RECTIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 14/2002 - DECLARAÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, a dar conhecimento de que após a publicação do Edital numero catorze barra dois mil e dois, referente à Declaração de

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl.539

Utilidade Pública da Expropriação, para a aquisição de diversas parcelas, para o Centro Náutico de Remo, e após notificação feita a todos os proprietários, os serviços foram informados do falecimento de alguns dos proprietários. Para evitar, que o processo, seja considerado nulo, por ilegitimidade dos proprietários, torna-se necessário a rectificação, do referido edital. Os artigos rústicos visados, são os seguintes: mil oitocentos e dezasseis, mil oitocentos e dezanove e mil oitocentos e vinte e um, da freguesia de Santo Varão, deste concelho. -----

----- Assim, considerando que a execução do Centro Náutico de Remo de Montemor-o-Velho, constitui um projecto de interesse público, assim classificado por despacho conjunto numero cento e quinze barra dois mil de três de Fevereiro, com Plano de Pormenor eficaz, publicado em três de Março de dois mil e um, propõe-se que a Câmara Municipal delibere novamente, a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação e posse administrativa das parcelas constantes da lista, que consta como documento anexo à presente acta sob o numero cinco, nos termos da alínea c), do numero sete do artigo sessenta e quatro, da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei numero cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e números um e dois, do artigo quinze, da Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove de dezoito de Setembro, e posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos do numero dois, do artigo catorze, da mesma Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade aprovar a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação e posse administrativa das parcelas constantes da lista, que se anexa a esta informação, nos termos da alínea c), do numero sete do artigo sessenta e quatro, da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei numero cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e numeros um e dois, do artigo quinze, da Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove de dezoito de Setembro.-----

----- Mais deliberou por unanimidade, submeter o presente assunto à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **5 - SEGURANÇA INTEGRADA - MINUTA DO CONTRATO** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um ofício, no qual a firma Prosegur, pretendia que, ao contrato já existente entre a mesma e a Câmara Municipal, fosse

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.539/V

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

acrescentada mais uma cláusula com o seguinte conteúdo: " O preço mensal do serviço será actualizado sempre que se verifiquem alterações de encargos salariais ou de outras prestações pecuniárias, devidas ao pessoal vigilante, e decorrentes de disposições legais ou de contratação colectiva do sector. Este ajustamento será feito automaticamente e de acordo com o percentual verificado, sendo efectivo à data da produção das referidas alterações, e devendo a Prosegur informar o cliente, por escrito." . -----

----- Informam os serviços que a referida cláusula não pode ser incluída no contrato, uma vez que não consta da proposta apresentada pela firma e adjudicada por esta Câmara Municipal, para além de por em causa as outras propostas apresentadas e que foram preteridas, alterando assim os procedimentos da filosofia da consulta prévia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade não incluir no contrato a referida cláusula pelos motivos atrás apontados. -----

----- E sendo treze horas e trinta minutos, a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às dezasseis horas. -----

### ----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre vinte e três de Outubro a sete de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### ----- 2 - ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DO CENTRO - ANTECIPAÇÃO - ----- DA FEIRA QUINZENAL -----

----- Pelo Presidente da Câmara, foi presente um ofício da Associação de Feirantes do Centro, a solicitar a antecipação da feira quinzenal do dia vinte e cinco de Dezembro de dois mil e dois, por coincidir com o dia de Natal. -----

----- Prevê o Regulamento da Feira Quinzenal que, no caso de coincidência do dia de Natal com o dia da feira, antecipa-se a realização desta, para o dia imediatamente anterior. -----

----- Porém, no dia vinte e quatro de Dezembro de dois mil e dois, existe uma feira em Arazede, sendo, por isso de evitar a antecipação para esta data, uma vez que os feirantes da feira de Montemor-o-Velho são praticamente os mesmos da feira de Arazede. -----

----- Assim, solicitavam a antecipação da referida feira para o dia dezoito de Dezembro de dois mil e dois. -----

***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- O Presidente da Câmara informou que na sua opinião não via obstaculização a que a feira quinzenal fosse realizada, ou no dia vinte e quatro ou no dia dezoito. Face ao parecer que viesse a colher junto da Associação dos Comerciantes Locais, a Câmara iria subscrever aquela proposta. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade solicitar parecer à Associação dos Comerciantes sobre a referida petição. Face ao referido parecer a Câmara, posteriormente, decidirá o dia da realização da feira. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

**-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----****-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----****----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----**

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre vinte e cinco de Outubro a sete de Novembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

**----- 2 - REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E -----****----- URBANIZAÇÃO-----**

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento de que, tinha terminado o prazo de discussão pública, do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. -----

----- Mais informou que, tinham sido efectuadas duas reuniões públicas, com técnicos, com pessoas interessadas, para debater aquele mesmo regulamento. Aquele, tinha tido a participação e o empenhamento, de um conjunto de pessoas que tinham dado origem ao documento que, entretanto foi colocado à disposição do executivo. -----

----- Gostaria, de salientar, que era um documento importante, porque passava a regular definitivamente toda aquela tramitação. Era um regulamento que tinha sido discutido pelos serviços, pela cidadania, por técnicos, e que teve depois, uma apreciação sobre as propostas, ponderações e considerações que tinham sido apresentadas, e que, nalguns casos, tinham sido considerados úteis, para a modificação do texto, que estava agora para discussão.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

Fl.540/V

## ***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- Mais disse que, também gostaria de deixar uma palavra aos técnicos da Câmara, que tinham tido um trabalho mais profundo naquela matéria, quer a DOP, a Dr.<sup>a</sup> Ana Célia e também para o Adjunto da Presidência, que tinha tido um trabalho substancial, no coligir de todos aqueles elementos e que estavam à disposição de toda a vereação.-----

----- Face ao documento inicial, que tinham colocado à discussão pública e ao documento que agora tinham, existiam algumas alterações (documento anexo à presente acta sob o numero oito).-----

----- Considerava que a primeira proposta de regulamento era muito redutora, pois as obras que não tinham interesse, deviam ser facilitadas ao máximo, para que as pessoas não trouxessem projectos, podendo-se fazer as coisas o mais simples possível, e para no futuro, não trazer a obrigatoriedade de uma burocracia exagerada. Tinham tornado aquela situação mais simples e legal.-----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, em relação aos loteamentos, sobretudo, os de maior dimensão, como era o caso de Pereira, as áreas de cedências, baseados agora nas novas taxas, tinham por fim espaços verdes, equipamentos ou outras ocupações que pudessem surgir. Aqueles espaços cedidos pelo loteador, com base no Regulamento, podiam ser comercializados entre o loteador e a Câmara?-----

----- Pensava que, em relação a Pereira, a povoação em si, poderá ficar prejudicada se realmente fosse uma coisa fácil de fazer. Tinha sido alertado para as áreas de cedência, na parte do loteador, pois o empreiteiro poderia chegar à Câmara Municipal, e argumentar que, baseado no regulamento, tinham uma área de cedência de cinquenta mil metros quadrados, que poderia negociar. Essas áreas deveriam ficar com um fim específico para zonas de lazer, para espaços verdes e nunca terem a possibilidade de serem comercializadas para outros fins, nomeadamente para o aumento de edificação.-----

----- A pedido do Presidente da Câmara interveio o Arquitecto Pinheiro dizendo que, relativamente ao caso específico que se estava a referir, tinha sido doada à Câmara, na altura, cerca de quarenta mil metros, da área de equipamento. A Câmara aceitou, e era o local onde estava implantada a escola de Pereira. Todas as outras áreas verdes, onde serão implantados parques desportivos e infantis, os passeios, todas as zonas verdes de lazer, são da Câmara. A partir do momento que a Câmara fizesse a recepção definitiva daquelas áreas, não poderia mais tarde, edificar.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, também considerava pertinente a observação do Vereador António Ramalhete e que naquele momento existiam indicações e atitudes dos próprios serviços, mais adequadas naquela matéria, todo o loteamento que



***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

tivesse expressão, e que estivesse para aprovação, normalmente articulavam com a Junta de Freguesia para, mais ou menos, equacionar soluções para esses mesmos terrenos.-----

----- Intveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, numa das ultimas reuniões de Câmara, tinha sido dito que era possível ao loteador propor à Câmara que, em vez de ceder áreas, pudesse pagar. A questão que se colocava era, se num caso desses, o loteador poderá ou não comercializar, ou seja, ocupar, em termos de espaço de construção, essas áreas, pelas quais ele indemnizou a Câmara.-----

----- Retomou a palavra o Arquitecto Pinheiro dizendo que, neste momento, sem aquele regulamento, existiam dois tipos de situações, relativamente ao equipamento, competindo à Câmara decidir se aceitava a área de equipamento ou o pagamento dela, em dinheiro ou em espécie. Se optar pelo pagamento em dinheiro, a Câmara recebia um valor fixado segundo a tabela de taxas, e o proprietário podia utilizar aquele terreno como capacidade construtiva, como se tratasse de um lote normal. Poderá também ceder a área de terreno, se a Câmara entender ficar com aquele espaço de terreno.-----

----- Com a aprovação daquele regulamento, a situação ia-se alterar. Competia à Câmara decidir se ficava com o terreno, para colocar um equipamento, sem capacidade construtiva, se recebia em numerário, o valor daquele área vezes a taxa, ou ainda decidir se ficava com um lote, com capacidade construtiva.-----

----- O valor de um loteamento dependia da área de equipamento, porque aquelas áreas eram muito penalizadas, relativamente ao preço, por metro quadrado. E era a área de equipamento que ditava o grande valor ou não de um loteamento. Se tivessem um loteamento, em que a Câmara prescindisse da área de equipamento, o proponente tinha que pagar à Câmara a taxa, e o valor disparava, mas se a Câmara quisesse a área de equipamento, o valor baixava.-----

----- A diferença entre o regulamento anterior e o que estava agora para aprovação, era que, a Câmara aceitava a área de equipamento, sem capacidade construtiva, não podendo edificar, porque a área construtiva já tinha sido esgotada pelo loteador. Com o novo documento, a situação alterava-se, e a Câmara podia ficar com o lote para poder comercializar, dotar as Freguesias doutras infra-estruturas, que não tivessem no momento.----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, o que estava previsto para ser construído, independente de ser pago ou compensado, depois não podia ser alterado. O projecto era aprovado, o alvará era passado, e referia logo qual a zona de construção, independentemente de depois a restante área poder ser negociado através de compensação de terreno ou de pagamento de taxas.-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- Em relação ao loteamento de Pereira, o que estava definido já, quando o alvará fosse emitido, independentemente do que fosse pago, ou do que fosse compensado, o loteador não poderá depois voltar a mexer naquele alvará. -----

----- Tomou novamente a palavra o Arquitecto Pinheiro, dizendo que, o loteador não poderá mexer nas áreas de cedência, nas áreas que eram dos particulares, era preciso a aprovação mais tarde de dois terços dos proprietários. -----

----- Retomou a palavra uma vez mais o Presidente da Câmara dizendo que, tinham surgido alguns aspectos, em que tinham reduzido o valor das taxas de entrada. Tinha aumentado também alguns valores, no que dizia respeito às vistorias, em que teria que haver também uma acção pedagógica dos próprios serviços. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, na sua opinião, a diferenciação devia ser vista também no incentivo, a que as pessoas se fixassem, para além dos espaços urbanos. Tinha visto que existiam três ou quatro Freguesias, que não tinham efectivamente nenhuma expressão, ao nível do desenvolvimento topográfico e urbanístico. Pensava que o incentivo feito por aquela via, era também positivo, embora depois também devesse ser enquadrado no âmbito paisagístico por exemplo, mas isso seria depois revisto com o PDM.-----

----- Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara, propondo a aprovação do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, e que posteriormente o mesmo fosse presente à reunião da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou submeter o presente regulamento à Assembleia Municipal. -----

----- Deliberou ainda a Câmara Municipal que, após a aprovação pela Assembleia Municipal, o mesmo deverá ser publicado na II Série do Diário da República.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **3 - PROPOSTA DE REMODELAÇÃO DO HALL DE ENTRADA DO --** **EDIFÍCIO DA CÂMARA E ZONA DE ATENDIMENTO DOS-----** **SERVIÇOS DA DOP-----**

----- Pelo Presidente da Câmara, foi presente uma proposta dos serviços da DEP, para a remodelação do hall de entrada do edifício da Câmara e zona de atendimento dos serviços da DOP (documento anexo à presente acta sob o numero nove).-----

----- Mais disse que, trazia aquele assunto à Reunião de Câmara, para que o executivo verificasse, e concordasse ou não com aquela intervenção, para que depois os serviços

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

*Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl. 542

procedessem a uma orçamentação, e fosse autorizado definitivamente as obras em causa. Neste momento, não poderia dizer o que aquelas alterações significavam, em termos financeiros. Parecia-lhe ser inequívoco que, como tinham verificado, não eram condições de atendimento. Havia uma solução, que poderia não ser a melhor, mas era a mais adequada, neste momento, e que ia privilegiar o interface, que era fundamental entre os serviços, e os munícipes, com mais dignidade, uma entrada, que o próprio município, sendo um edifício com mais de cem anos, também tinha as suas vicissitudes, que iam tentar modernizar gradualmente.-----

----- Parecia-lhe fulcral, que a entrada fosse já intervencionada, bem como toda a zona de acessibilidade do município àqueles dois serviços, que eram diariamente os mais procurados.-----

----- Considerava que o executivo era unânime naquela matéria, e por isso devia ser dada "luz verde" aos serviços, para que passem à fase de sistematização daquele projecto e orçamentação, para que com a maior brevidade possível, pudessem autorizar aquela despesa, para imediatamente proceder àqueles alterações. Até lá, solicitava aos serviços administrativos gerais, que estabelecessem com os senhores arquitectos alguma análise mais cuidada, para puderem depois perspectivar todo o piso do rés-do-chão, numa reestruturação mais adequada, que passasse pela parte lateral de ligação aos edifícios de trás, e também com alguma recuperação de toda aquela área, que no futuro poderia ser utilizada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

## ----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

### -----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

#### ----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

##### -----1 - BIBLIOTECA MUNICIPAL - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO-----

##### ----- (SOLAR DOS ALARCÕES) - PROGRAMA DE CONCURSO E -----

##### ----- CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA A PROVAÇÃO ---

----- No seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e cinco de Outubro do corrente ano, foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.542/V

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de novo a obra a concurso, através de concurso público nos termos do número dois do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que o fornecimento das peças desenhadas e escritas do projecto a concurso seja efectuado pela Mundicópia – Centro de Cópias, Limitada - Coimbra -----

----- Três – O Programa de Concurso e Caderno de Encargos será fornecido pela Câmara Municipal, contra o pagamento de vinte e cinco euros acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Quatro – Nomear como perito para acompanhar as Comissões de Abertura e Análise das propostas, o Síndico da Câmara Municipal, Dr. Deolindo Correia, nos termos do número dois do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março. -----

----- Cinco – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.<sup>a</sup> – Secretária-----

----- “ Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro – Engenheira Civil -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Seis – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS --**

----- **MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE CARAPINHEIRA) - ACTA DE ----**

----- **ABERTURA DAS PROPOSTAS -----**

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

#### -----3 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ELECTRIFICAÇÃO DE ZONAS-----

##### ----- URBANAS: ZONA HISTÓRICA DE MONTEMOR-O-VELHO -----

##### ----- - INFRA-ESTRUTURAS DE IP E PT - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, de trinta dias seguidos, com início a um Outubro e término a trinta de Outubro do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

#### -----4 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ELECTRIFICAÇÃO DE ZONAS-----

##### ----- URBANAS: ZONA HISTÓRICA DE MONTEMOR-O-VELHO -----

##### ----- - REDE DE BT - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, de trinta dias seguidos, com início a um de Outubro e término a trinta de Outubro do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

#### -----5 - E.M. 578 (TROÇO ENTRE BOLETA E MECO) - PROGRAMA DE

##### -----CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA-----

##### -----APROVAÇÃO-----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos do número dois do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que o fornecimento das cópias do processo de concurso seja efectuado pela Câmara Municipal, contra o pagamento de cinquenta euros acrescido de IVA à taxa legal.

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- Três – Nomear como perito para acompanhar as Comissões de Abertura e Análise das propostas, o Síndico da Câmara Municipal, Dr. Deolindo Correia, nos termos do número dois do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.<sup>a</sup> – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro – Engenheira Civil -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Engenheira Técnica Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **6 - ORÇAMENTO DA EDP PARA PROLONGAMENTO DA REDE DE -** ----- **IP NA FREGUESIA DE LICEIA**-----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia de Liceia, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de novecentos e sessenta euros e sessenta e oito cêntimos acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia comparticipar no custo dos referidos trabalhos com a importância de quatrocentos e quarenta e um euros e noventa e um cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. - -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de quatrocentos e quarenta e um euros e noventa e um cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **7 - ORÇAMENTO DA EDP PARA PROLONGAMENTO DA REDE DE -** ----- **IP NA FREGUESIA DE ABRUNHEIRA** -----

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia de Abrunheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, assim descriminado: -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- Ponto um (pedidos de um a dez) – Custo total de três mil trezentos e setenta e cinco euros e noventa cêntimos acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia participar no custo dos referidos trabalhos com a importância de mil quinhentos e cinquenta e dois euros e noventa cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Ponto dois (pedido onze) – Custo total de mil novecentos e quatro euros, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de três mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e noventa cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **8 - ACIDENTE DE VIAÇÃO NA E.R. 335 - LAVARIZ AO LIMITE --** ----- **DE CANTANHEDE** -----

----- Foi presente uma reclamação da munícipe Benilde de Deus Mendes Paixão Silva Marques, sobre o acidente em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, relativamente àquele acidente, tinham sido pedidas responsabilidades ao empreiteiro, o qual referiu que, de acordo com o Caderno de Encargos, o local estava sinalizado, e na altura do acidente, procediam à pavimentação de uma das vias. Sendo assim, aquela zona ainda estaria melhor sinalizada, não assumindo assim a responsabilidade, porque a estrada estava bem sinalizada. -----

----- Mais informou que, os serviços tinham comunicado à requerente que não aceitariam a responsabilidade dos prejuízos, e o responsável também não, alegando que a estrada estava devidamente sinalizada. -----

----- A munícipe apresentou uma exposição à Câmara, a solicitar a reapreciação do processo. Os serviços informaram que nada mais tinham a acrescentar sobre o assunto, pelo por isso, que o mesmo tinha sido remetido à reunião de Câmara. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, ficava inequivocamente transferida para uma situação de munícipe/empreiteiro aquela situação. Considerava que, naquele momento a Câmara não tinha responsabilidade. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, ali só existiam duas situações: a Câmara aprovava ou não aprovava. Se aprovasse, ia imputar os custos ao empreiteiro, e se aquele não concordasse, a Câmara posteriormente iria deduzir aqueles

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

custos nos pagamentos ao empreiteiro. Se o empreiteiro não concordar, poderá pôr a Câmara em tribunal e o assunto decidia-se juridicamente. Se a Câmara não aprovar, a munícipe poderá pôr a Câmara e o empreiteiro em tribunal, e o assunto decide-se juridicamente. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que estava de acordo com o Vereador Abel Girão, pois julgava que a Câmara naquele momento tinha mecanismos para resolver o problema, pela via do empreiteiro, uma vez que a obra ainda não estava terminada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Não assumir os prejuízos decorrentes do acidente em causa, uma vez que a obra se encontrava a decorrer, estando, segundo o empreiteiro adjudicatário da obra, devidamente sinalizada. -----

----- Dois – Nomear o Vereador Engenheiro Abel Girão, para entrar em contacto com a reclamante, a fim de encontrarem uma solução possível para o caso, em conjunto com o empreiteiro da obra. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **9 – PROLONGAMENTO DE REDE DE IP NO LUGAR DE PORTO ----**

----- **LUZIO – FREGUESIA DE CARAPINHEIRA – ORÇAMENTO -----**

----- **DA EDP-----**

----- No seguimento do pedido de iluminação pública em epígrafe feito pela Junta de Freguesia de Carapinheira, foi presente um orçamento da EDP, S.A, no montante de sete mil duzentos e noventa e um euros e sessenta e três cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. ----

----- Considerando o disposto no artigo trinta e dois do Contrato de Concessão, compete a esta Autarquia participar no custo dos referidos trabalhos com a importância de três mil trezentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente o seu pagamento no valor de três mil trezentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **10 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS ----**

----- **POVOAÇÕES – MURO DA MADALENA – MONTEMOR-O-VELHO --**

----- **– TRABALHOS A MAIS -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais/imprevistos referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aceitar o preço proposto pelo empreiteiro, no montante de mil e oitocentos euros.- -----

----- Dois - Autorizar os trabalhos atrás mencionados no montante total de mil e oitocentos euros.- -----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, considerando um prazo de execução adicional de quatro dias seguidos. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **11 – REABILITAÇÃO DO ANTIGO MERCADO MUNICIPAL** -----

----- **– MULTAS POR VIOLAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL** -----

----- No seguimento do deliberado em reunião de Câmara de vinte e cinco de Outubro do corrente ano, foi presente uma informação dos Serviços acompanhada do cálculo das multas e respectivo Auto por violação do prazo contratual da obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezassete.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Notificar o empreiteiro para, no prazo de oito dias, deduzir a sua defesa ou impugnação, de acordo com o preceituado no número cinco do artigo duzentos e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - NOVO MERCADO MUNICIPAL E ZONA COMERCIAL ANEXA: -**

----- **(REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, -----**

----- **IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJECTO DE SEGURANÇA-**

----- **CONTRA INCÊNDIOS) - NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO** -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Eng.º T. Civil -----

----- Maria Isabel Cunha da Silva P. C. Castanho - Engª T. Civil-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa. -----

----- **2 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DE REDE DE ESGOTOS: ---**  
**FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA, MEÃS, TENTÚGAL E PEREIRA**  
**- PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----**

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezoito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, de cinquenta e nove dias seguidos, com início a três de Setembro e término a trinta e um de Outubro do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 – REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE QUINHENDROS (REDE**  
**+ ETAR) – PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO**  
**DE ENCARGOS – ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO-----**

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezanove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos do número dois do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que o fornecimento das cópias do processo de concurso seja efectuado pela Câmara Municipal, contra o pagamento de cem euros acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Três – Nomear como perito para acompanhar as Comissões de Abertura e Análise das propostas, o Síndico da Câmara Municipal, Dr. Deolindo Correia, nos termos do número dois do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Engenheiro Técnico Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.<sup>a</sup> – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Engenheiro Técnico Civil -----

----- Maria Isabel Cunha da Silva P. C. Castanho - Engenheira Técnica Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

**-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----**

**-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----**

**----- 1 - CONCERTO DE ANO NOVO - ORQUESTRA SILVA STRINGS --**

**----- DE SÃO PETERSBURGO - RÚSSIA-----**

----- O Dr. Pedro Machado começou por solicitar a correcção do nome: de Silva Strings para Silver Stings. -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi dado conhecimento que era intenção da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho iniciar a temporada Cultural do ano dois mil e três, com um grande Concerto de Ano Novo (documento anexo à presente acta sob o numero vinte). ----

----- Neste sentido, a Autarquia propõe-se, em pareceria com o INATEL – Delegação Regional de Coimbra e com outras entidades, promover a digressão da Orquestra Silver Strings de São Petersburgo – Rússia, por vários Concelhos do Baixo Mondego. -----

----- A Orquestra russa “Silver Strings” (músicos de Kolpino até mil novecentos e noventa e nove) é considerada colectividade profissional desde mil novecentos e oitenta e três. É distinguida pela variedade e amplitude de repertório em combinação com o mais alto nome “silver strings” transmite o som específico de donras e balalaikas que constituem a base fundamental desta orquestra russa. -----

----- Actualmente a orquestra é composta por vinte e cinco músicos - graduados estudantes dos conservatórios e colégios de música de São Petersburgo, por um barítono e dois sopranos. Apesar da sua estrutura jovem (a sua média de idade é de vinte e quatro anos) a maior parte dos músicos são vencedores de várias competições musicais e festivais.

----- Tratando-se de uma orquestra de cordas na sua base fundamental, é constituída por instrumentos tradicionais do seu País como a balalaika e donra, a que se juntam um pequeno sector de instrumentos de percussão, mais o acordeão, a flauta e o oboé. O seu repertório assenta nos temas mais conhecidos da música Russa de autores como

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

*Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl.546/V

Tchaikowsky, Glinka Tsekov e outros, como, Ravel Debussy, Villa-Lobos Gounod, Joaquin Rodrigo e Loyd Weber. -----

----- O elevado profissionalismo e o interesse criativo dos músicos, sob a direcção do experiente maestro fizeram desta colectividade uma das melhores orquestras nacionais de S. Petersburgo. -----

----- Em termos de orçamento os valores serão os seguintes:-----

----- Cachet: mil duzentos e cinquenta euros; -----

----- Alimentação: trezentos euros; -----

----- Material de divulgação: quinhentos euros.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os custos orçamentais relativos àquela iniciativa, estudando posteriormente um local para a realização daquele evento. -----

----- **2 - NORMAS DE UTILIZAÇÃO DO MINI-AUTOCARRO DA** -----

----- **CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- **3 - CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA CASA DE CHÁ, SITA NO---**

----- **PAÇO DAS INFANTAS, NO CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO --**

----- **- ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA**-----

----- Na sequência da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 25 de Outubro de dois mil e dois, foi de novo presente o processo em epígrafe, a fim de ser adjudicada a concessão da exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à proposta do júri, deliberou por maioria, com quatro votos a favor do Presidente da Câmara, do Vereador Pedro Machado, do Vereador Abel Girão e do Vereador José Marques e com dois votos contra do Vereador Emídio Fidalgo e do Vereador António Ramalheite, adjudicar a concessão da exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho, à firma U.S.P., Utopias, Sonhos e Projectos, pelo valor de dezoito mil euros, e pelo prazo de cinco anos, renovável por períodos de quatro anos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS**-----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi proposto a atribuição dos seguintes subsídios, afim de colmatar algumas despesas tidas por as Associações, abaixo descriminadas, aquando da realização de Actividades: -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl.547

----- **Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata:** duzentos e sessenta e cinco euros;-----

----- **Academia Musical Arazedense:** dois mil e quatrocentos euros;-----

----- **Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Social de Quinhendros:** trezentos e oitenta euros;-----

----- **Grupo Cénico Amador da Portela:** trezentos euros;-----

----- **CIJ- Centro Inter Jovem de Cultura e Intercâmbios:** mil e quinhentos euros;-----

----- **LACAM:** quinhentos euros;-----

----- **Centro de Recreio Popular de Formoselha:** setecentos e cinquenta euros;-----

----- **Associação Cultural Recreativa do Casal Raposo:** quinhentos euros;-----

----- **Associação Cultural Recreativa "Alegria do Zambujeiro":** quinhentos euros;-----

----- **Associação Juvenil "Horizonte Vertical":** quinhentos euros;-----

----- **Centro de Assistência e Cultura do Tojeiro:** quinhentos euros;-----

----- **Associação Cultural, Recreativa, Educativa e Desportiva do Amieiro:** quatrocentos euros;- -----

----- **Centro Cultural e Desportivo do Meco:** quatrocentos euros;-----

----- **Associação Cultural e Recreativa da Caixeira:** dois mil e quinhentos euros.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro questionando se todas aquelas Associações eram Juvenis. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, era um conjunto de Associações que, normalmente fugiam ao âmbito da intervenção, ou dos Grupos Teatrais, ou dos Grupos Musicais, ou dos Folclores, etc., que tinham alguma actividade regular ou estavam a desempenhar algumas funções claras, que em termos do plano de actividades apresentado já tinham sido desenvolvidas. -----

----- Por exemplo, o Centro de Recreio Popular de Formoselha, que tinha áreas de intervenção plurifacetada, na área quer do folclore, quer do teatro, ainda não estavam organizadas. Tinham depois alguns Centros mais "virados" para a Juventude, como era o caso da Associação Juvenil "Horizonte Vertical" e o Centro Inter Jovem de Cultura e Recreio da Carapinheira. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo achar muito bem, que se apoiassem as Associações. Parecia-lhe, no entanto, que seria interessante, a exemplo daquilo que já tinha sido feito para os Grupos de Teatro, para os Ranchos Folclóricos, para as Bandas Filarmónicas, etc., que se estabelecessem alguns tipos de critérios, e que se criasse uma norma de equidade para todos. Pois, como estava, parecia

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

Fl.547/V

muito discricionário. A uns, atribuía-se um valor e a outros, outro valor totalmente diferente, não se sabendo porquê. -----

-----Teria a ver com a apreciação do Plano de Actividades? Se assim fosse, não era critério, pois o Plano de actividades era apenas um manifesto de intenções, não havendo nenhum tipo de controlo. Depois de se ter um documento de fundo, por exemplo na área do Associativismo Desportivo, de se ter apresentado para área da Musica das Filarmónicas, para o Teatro, etc., parecia-lhe que aquelas Associações estavam “condenadas” a “parentes pobres”, de todo o processo. -----

-----Por outro lado, havia também que realçar um fenómeno: não havendo critérios, obviamente que se corria o risco de algumas Associações, poderem ir a todas as frentes buscar apoios. Deveria ficar claro como eram definidos aqueles valores, embora não fossem relevantes, em termos de apoio individual, a uma Associação. Não lhe parecia, contudo, que aquela fosse a forma de ajudar as Associações a crescer e a estruturar-se. Apelava para que, se definisse e estabelecesse um tipo de regulamentação, ou de contra-programa que fixasse aqueles critérios. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir os referidos subsídios às entidades atrás discriminadas. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 - VII CONCURSO DE FADO AMADOR CONCELHIO** -----

----- **- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL** -----

----- **RECREATIVO E DESPORTIVO DE LICEIA** -----

-----O Vereador do Pelouro deu conhecimento que, não tendo saído em acta de Reunião de Câmara de quinze de Março de dois mil, o valor do subsídio a atribuir ao Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Liceia, para colmatar despesas tidas com o VII Concurso de Fado Amador Concelhio, o mesmo deverá ser de, dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio ao Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Liceia, no valor de dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **6 – INICIATIVAS NOITES DA PRAÇA – RECTIFICAÇÃO DA** -----

----- **DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 19/07/2002** -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento que, o programa e orçamento da Iniciativa Noites da Praça, tinham sido aprovados na Reunião de Câmara de dezanove Fl.548 Julho de 2002. -----

----- No orçamento geral da iniciativa, estavam previstas despesas inerentes ao aluguer do palco, som e luz para os espectáculos. Acontece que na deliberação de Reunião de Câmara de dezanove de Julho de dois mil e dois, somente apareceu o preço relativo ao valor unitário do aluguer do palco, som e luz de um espectáculo. -----

----- Pelo exposto dever-se-á proceder à rectificação da deliberação, da seguinte forma: onde se lê: "Palco, som e luz: oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos"; deverá ler-se: "Palco, som e luz: oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos por cada espectáculo." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar a deliberação da reunião de Câmara de dezanove de Julho de dois mil e dois. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### -----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

### -----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

#### ----- 1 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ACORDO DE COOPERAÇÃO ----

#### -----ANEXOS-----

----- Foi presente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar da Direcção Regional de Educação do Centro (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

#### ----- 2 - TRANSPORTES ESCOLARES -----

----- *"Pedido de transporte escolar do aluno Tiago Rafael da Silva André, residente na Rua do Progresso, n.º 3, freguesia de Santo Varão."* -----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos Serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade comparticipar em cem por cento o transporte do aluno Tiago Rafael da Silva André. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- *"Pedido de transporte escolar do aluno Ricardo Jorge Travassos Barreto, residente na Rua Dr. Armando Gonçalves, freguesia de Tentúgal."* -----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08*

----- Sobre o assunto em epígrafe, foram prestadas informações pelos Serviços Administrativos, que constam anexas ao respectivo processo.-----

Fl. 548/V

----- A Câmara após ter analisado o assunto, deliberou por unanimidade deferir o pedido com a comparticipação de cinquenta por cento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **3 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E** ----- ----- **EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento que tinha sido elaborado, pelo Departamento de Obras e Serviços Urbanos, uma candidatura à Intervenção Operacional da Região Centro – Eixo III Medida 3.1. – Vertente Pré-Escolar, para remodelação e apetrechamento das Pré-Primárias de Montemor-o-Velho e Abrunheira, cujas obras se encontram já concluídas (documento anexo à presente acta sob o numero vinte e dois). ----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Contrato-Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar.-----

----- Mais deliberou remeter o referido Contrato-Programa à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

### ----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezanove horas e vinte minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião ordinária de 2002 de Novembro de 08***

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.<sup>a</sup>.